

Al.  
Pedro



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

## ATA N.º 8

*Sessão ordinária*

*22 de fevereiro de 2019*

**APROVADA POR MAIORIA**  
**NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18/04/2019.**

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 1.1 Apreciação e votação das atas da sessão ordinária de 10 de Dezembro de 2018 e da sessão extraordinária de 14 de Janeiro de 2019;-----
- 1.2 Informação de Correspondência;-----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Protocolos entre o Município de Torre de Moncorvo e a Direção Regional de Cultura do Norte; -----
- **PONTO 3** - Transferência de competências para os Órgãos Municipais nos domínios da Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos; Educação; Cultura e Saúde; -----
- **PONTO 4** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo - Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2018; -----
- **PONTO 5** - Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia. -----

**3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

*Pedro*

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Reis;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**Constituíram a Mesa:** -----

**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Lucinda João Afonso Carpinteiro** – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltou à reunião o seguinte deputado:-----

- António Júlio Andrade - que justificou a falta, dentro do prazo legal. -----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses, e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

## ----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

### **PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 2019.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O primeiro ponto, Ponto n.º 1.1, é a apreciação das duas atas, uma da Sessão Ordinária de 10 de dezembro e outra da Sessão Extraordinária de 14 de janeiro. (Chegou o Sr. Presidente da Junta de Cabeça Boa, Pedro Pereira). -----

Relativamente à apreciação das atas, eu abro o período da discussão. Não sei quem se pretende inscrever para debater as atas. Vamos discutir e votar, e começamos pela ata da Sessão Ordinária de 10 de dezembro. (Chegou, entretanto, o Sr. Presidente da Junta do Larinho). -----

Vamos passar à votação. Só vota quem esteve presente. (Chegou a Sra. Presidente da Junta do Castedo). -----

**-----DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a “**Ata da sessão ordinária de 10 de Dezembro de 2018**”.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, vamos agora passar à apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária de 14 de janeiro. (Chegou também o deputado Sr. Fausto Tiago). Quem pretende inscrever-se para se pronunciar sobre a ata? Penso que não há inscrições. Aqui aplicam-se as mesmas regras, só vota quem esteve presente. -----

**-----DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a “**Ata da sessão extraordinária de 14 de Janeiro de 2019**”.-----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

---

---

**PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 213/2018 a 30/2019 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao Ponto n.º 1.2 do período de antes da ordem do dia, que é, como habitualmente, a correspondência. Está disponível para consulta – aliás, foi enviada. E portanto, não há assim nada de relevante que deva ser mencionado. -----

*Handwritten signature*  
Pedro

**PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ---**

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS) e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições para quem quiser pronunciar-se sobre este ponto. Já sabem que há só uma intervenção, e o período é de cinco minutos. Quem deseja inscrever-se quanto ao ponto de assuntos de interesse relevante para o Município? Sr. Deputado Eduardo Carvalho, Luís Dias. Há duas inscrições. Penso que não há mais nenhuma inscrição. -----

Sr. Deputado Eduardo Carvalho, faça favor de intervir. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público. -----

Registámos com muita preocupação uma reportagem transmitida no passado mês de dezembro. O facto de trazermos este tema a debate nesta Assembleia nada tem a ver com questões pessoais, mas tão somente de âmbito político – aliás, estritamente político – o qual se reveste da maior relevância e atualidade, desde logo por ser neste concelho, segundo, porque está em causa um membro da Assembleia Municipal, e por último, ser este o órgão político próprio para o debate. -----

A este propósito, e segundo notícias recentes vindas a público num semanário de referência, menciona, e cito: *“A corrupção surge pela primeira vez em foco no relatório da OCDE sobre a economia portuguesa. Ou seja, quando falamos de desenvolvimento económico, de sustentabilidade, de responsabilidade, de transparência e honestidade política, não podemos dissociar que estas premissas esbarram, infelizmente, com uma teia de corrupção, de opacidades e cumplicidades que grassam no nosso país, transversal a vários Governos e que, obviamente, dificulta e impede o desenvolvimento e a riqueza sustentada do país, e consequentemente termos melhores serviços públicos, melhor qualidade de vida, melhores salários, menores diferenças sociais, ou seja, percebermos que quem governa e gere os dinheiros públicos o faz em benefício do bem comum.”* -----

Citando o mesmo artigo, *“foram políticas erradas, a corrupção e o compadrio a políticas privadas, que nos levaram à bancarrota, à ajuda externa e ao resgate dos bancos. Sem um combate sério contra a corrupção, não voltará a haver confiança no Estado e na política”.* Fim de citação. -----

Infelizmente, estas situações ocorrem e proliferam muito também por causa da lentidão do nosso sistema judicial e da perceção no senso comum de existir uma justiça para ricos e poderosos, e outra para pobres. Acresce ainda a pouca ou nula participação cívica dos cidadãos, quer junto do Poder Local, quer em outras instâncias de decisão. Fosse todos mais atentos e interventivos, a exemplo de outras sociedades do norte da Europa, e provavelmente não teríamos tantos casos de duvidosa prática. -----

Esta desconfiança é tanto mais evidente entre os cidadãos a políticas e instituições do Estado, que se reflete aquando das eleições, onde assistimos às elevadas abstenções, erradas na sua essência, mas sintomáticas do descrédito dos cidadãos sobre a política e os políticos, comportamentos perigosos que podem ser aproveitados e/ou ocupados por outros com objetivos duvidosos, não sendo raros os exemplo atuais, conhecidos pela Europa e pelo mundo. -----

É, pois, tempo, Sr. Presidente, de combatermos estes comportamentos e conluios que contribuem para a descredibilização dos políticos e do Estado, e sejam tiradas as devidas consequências políticas. -----

Hoje, e ainda bem, a classe política é cada vez mais escrutinada pelos cidadãos e a opinião pública em geral. O que se exige a quem assume cargos públicos e políticos é um sentido de responsabilidade, de honestidade, de transparência, de zelo, e de um serviço público em prol do bem comum, aquilo a que os romanos chamavam *cursos honorum*, valores consubstanciados num ato solene de posse e juramento do cumprimento das funções públicas a exercer. É isso que se espera e impõe. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. Dizer que enquanto estava a decorrer a intervenção do Sr. Deputado Eduardo Carvalho, entraram na sala, e fazem já parte da sessão da Assembleia, o Sr. Deputado Manuel Dinis e o Sr. Deputado José Manuel Rodrigues Aires. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos os presentes. -----

Também para citar um órgão de comunicação social, o Jornal de Notícias do dia 8 de janeiro de 2019, na pág. 5, fala da água não faturada dos Municípios. Eu estive a analisar, nessa figura, os Distritos de Bragança e Guarda, e parece que Moncorvo é o melhor dos piores, fiquei com isto contente, mas ao mesmo tempo triste. Queria questionar o Executivo sobre quais são as políticas que o Município tem em execução – por exemplo, o cadastro – para minorar estas perdas. -----

E a segunda questão que tenho para o Executivo é também em referência à última

intervenção, a parte da participação cívica. Este Executivo, no anterior mandato, estabeleceu o Orçamento Participativo, se não estou em erro é o seu terceiro ano, e eu gostava de perguntar ao Executivo qual o balanço dessa medida implementada. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Mesa, Srs. Deputados, membros do Executivo. ----  
Na Assembleia de dezembro, o Sr. Deputado Fausto Tiago referiu um estudo sobre a governabilidade em Portugal, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em que referiu que Moncorvo não aparece nos vinte e cinco primeiros classificados na projeção à corrupção. O Sr. Deputado esquece-se é que esse estudo refere que Moncorvo é um dos líderes em políticas de combate à corrupção no período de 2013-2015, referido nesse mesmo estudo. No cômputo global, não aparece no topo em virtude de a informação do Município à DGAL estar a vermelho até 2014. -----

Neste sentido, queremos louvar o Município pela implementação de políticas de combate à corrupção desde que tomou posse, em 2013. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Braz, dizer que o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, Vítor Vieira, também já está presente na reunião. -----

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia a todos. Eu sou Francisco Braz, como todos sabem. Isto é para que fique bem escrito em ata. -----

Na intervenção do Prof. Eduardo Carvalho, dizer-lhe que no que se referia em relação à notícia de dezembro, se estará a referir a mim, pessoalmente. Neste momento, quanto a isso, só tenho a dizer que o assunto está a ser devidamente tratado em tribunal. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há mais nenhuma inscrição. Sr. Presidente, para responder.--

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Muito bom dia à Mesa, a todos os Srs. Deputados, ao público, Srs. Vereadores. -----

Bom, quem pensar, da forma como eu vou responder, poderá pensar que eu e o Líder da Oposição tínhamos combinado isto, mas não tínhamos combinado nada. -----



Bom, dizer-vos o seguinte, que quanto a casos de novelas, de atentados de carácter pessoal, primeiro devemos olhar para nós próprios, para as políticas que seguimos, e só depois acusar de forma enviesada quem quer que seja. Devemos deixar para os tribunais o que é dos tribunais, e devemos sobretudo analisar o nosso comportamento pessoal, em vez de estarmos aqui, como foi em 1978, o Parlamento fazer greve para ver o final de uma telenovela famosa, que foi a primeira que apareceu em Portugal. Portanto, não contem comigo para telenovelas, e muito menos para assassínios de carácter. Comigo, para isso, não contem, nem vou prestar mais para esse assunto. -----

Mas, dizer-vos o seguinte: é que também não me deixo ficar só pelas parangonas que aparecem em alguns jornais, nomeadamente alguns jornais distritais. Desde logo – e agradeço a pergunta do Sr. Deputado Luís João – sobre o que estamos a fazer para evitar as perdas, que continuam a ser elevadas, no caso de Moncorvo cerca de cinquenta por cento (50%), mas que são as menores do Distrito da Guarda, do Distrito de Bragança, e de grande parte do Distrito de Vila Real. Como é que apareceu? Seis Municípios do Distrito de Bragança ainda têm taxas de perdas superiores a cinquenta por cento (50%), e depois aparece Torre de Moncorvo. Deviam aparecer os onze primeiros, e depois Torre de Moncorvo, porque se formos ver com a capital de distrito, é sessenta vírgula oito (60,8%), para vos dar este exemplo, só vos quero dar este exemplo. -----

Mas, perguntam-me assim: Chega? Não chega. Temos que fazer mais? Temos. O cadastro é essencial, estamos há mais de dois anos e meio à espera de uma decisão do Tribunal Administrativo, porque como sabem, hoje, na contratação pública, basta um reclamante aparecer, e o processo suspende-se, não pode andar. E estamos à espera. E com isto, atrasámos todas as candidaturas que estavam previstas no POSEUR quanto à perda de água – estou a falar só de perda de água. O que é que vai permitir? O cadastro vai permitir, de uma forma muito simples, sabermos georreferenciadamente onde é que estão as perdas, e depois fazer outras iniciativas, nomeadamente a remodelação de todo o sistema de abastecimento de água. Isso é o ponto essencial, neste momento, do cadastro. -----

Mas, também citando – e por isso é que eu estava a dizer, parecia que tínhamos combinado, porque eu tinha trazido aqui uma coisa que dizia: *“A qualidade e a sustentabilidade dos serviços devem ser complementadas por um fardo fiscal adequado. Os impostos locais elevados prejudicam o consumo e o desenvolvimento do setor privado, pelo que os impostos municipais por habitante são um indicador importante de boas práticas de governação local.”* E depois temos várias coisas, em que diz que *“a boa governação local pressupõe o respeito pelos princípios basilares do Estado de Direito e ausência de corrupção.”* Estamos todos de acordo. -----

Pois bem, pág. 41, da “Qualidade da governação local em Portugal”, da autoria de António

Tavares e Luís de Sousa, da coordenação da Fundação Francisco Manuel dos Santos – eu aconselho-os a todos a lerem, isto é só um resumo, mas aconselho a ler, porque tem um diagnóstico do país, em termos de governação local, mas o diagnóstico é feito de duas formas: é que vai de 2012 a 2015, e o parâmetro em termos de endividamento local vai de 2012 a 2014, e depois as outras práticas até 2016, e são 9.2, numa escala de zero a dez. No que respeita ao Estado de Direito e prevenção de corrupção, é a dimensão E do estudo, Torre de Moncorvo aparece como líder nas políticas de implementação anticorrupção. Portanto, não estou a falsear, não estou a ler recortes de jornais ou a ver novelas da TVI; estou a citar algo que não fui eu que o trouxe da primeira vez, foram os Srs. Deputados da Oposição. ----- Mas, também para terem esse processo mais fundamentado, devem ir à DGAL – que acho que não põem em causa – e ver 2013 a 2016, porque também é um foco essencial para a qualidade da governação de Portugal. E recordo que no terceiro trimestre de 2013 – aquele que nos importa, porque foi quando tomámos posse – era isto que aparecia na DGAL: *“redução do excesso de endividamento líquido e do endividamento de médio e longo prazo inferior a dez por cento (10%), endividamento em excesso”*, e depois, só basta virarem a página, e está em situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Prazo médio de pagamento, cento e trinta e sete dias, o que vem ao encontro do que se diz, que devem ser pagos a tempo e horas os fornecedores do Município. Se forem ao terceiro trimestre de 2016, o prazo médio de pagamentos está nos vinte e oito dias. E têm alguma coisa a vermelho? Não, não foi erro da fotocopiadora, não está nada a vermelho. E por quê? Porque tem uma margem absoluta de utilização de mais de um milhão de euros (1.000.000€). ----- Portanto, estou completamente de acordo com o que dizem, e por isso se implementaram, e se estão a implementar, mais de duzentos circuitos dentro da Câmara Municipal, para cada um dos funcionários, onde vão estar responsabilizados, desde a saída de um parafuso, até à saída de um trailer, ou do que quer que seja, mais de duzentos circuitos que estão a ser implementados, e vocês vão ver isto a partir de abril. Portanto, nós somos os principais interessados, porque quando conseguirmos ter tudo implementado, ninguém mais vai ter a hipótese de dizer que não foi ele, que foi A, ou B, ou C, porque tudo vai sair com uma assinatura e com um código de quem o fez. Portanto, é um problema atacar a corrupção, é sim senhor, mas também, Sr. Deputado, podia ter dito uma coisa: é que estamos no Estado com maior carga fiscal a nível europeu, estamos num Estado onde passamos a trabalhar seis meses para pagar os impostos, que deviam dar bom acesso à saúde, e não temos um Serviço Nacional de Saúde, que está enfraquecido; temos os serviços públicos todos – todos – em rutura, como sabe. E o mesmo senhor que acabou de citar disse que o Governo Português, que muitas vezes é citado pela política de consumo que faz, está a fazer um grande erro porque não sobe mais a carga fiscal. Portanto, o que dizemos é: arranjem lá mais impostos dos

trabalhadores para nós gastarmos onde quisermos, porque assim o país vai para a frente. Foi o mesmo que falou da corrupção, foi o mesmo que disse que estávamos a levar impostos a menos aos portugueses. Portanto, não me parece que esse senhor conheça a realidade, nem me parece que a política seguida seja essa, porque a nossa carga fiscal já não dá para aguentarmos – sejamos nós, os Municípios, sejam os cidadãos. -----

E vou terminar com uma ação que temos em tribunal, contra o POSEUR, porque depois de assinarmos contratos de três milhões de euros (3.000.000€), a oitenta e cinco por cento (85%) de fundo perdido, no final, nestes e em outros assuntos, veio o Governo, para tentar contatar todos, a reduzir para uma taxa de sessenta por cento (60%). Isso não é honesto, e isso vocês não devem apoiar. E eu digo-lhe já, desafio-os a colocarem uma moção sobre a prática reiterado do Poder Central contra os Municípios, e aí terão o meu apoio. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de continuar, dizer que neste momento só está a faltar o Sr. Deputado António Júlio Andrade. Mas, ainda não passou a meia hora, ainda faltam sete minutos. Não vem? Então, em princípio, só estará a faltar a esta Assembleia o Sr. Deputado Municipal António Júlio Andrade. -----

## ----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho** (PS), **João Pavão** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **Fausto Tiago** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----  
Eu serei o mais breve possível, até porque – para os Srs. Deputados saberem, eu quero dar esta explicação – provavelmente terei que me ausentar antes do término, porque hoje há uma reunião de emergência na CCDR Norte, porque a CIM do Tâmega, a CIM das Terras de Trás-os-Montes e a CIM do Douro recusaram-se a assinar o pacote de reprogramação. Eu posso dar-vos alguns exemplos do que é só isto: os passes sociais para Lisboa, que vamos ser todos a pagar, têm um envelope financeiro maior do que para todos os Municípios das Terras de Trás-os-Montes, CIM Douro e Tâmega, só para os passes sociais. E portanto, nós recusámo-

nos a assinar. Recusámo-nos a assinar porque – e isto interessa-nos muito a nós – tinha havido um compromisso que na requalificação das escolas – e como sabem, a nossa Escola Secundária está em concurso público – haveria, uma vez que as escolas estavam nos pactos das CIM's – para explicar isto, quem não está tão dentro dos fundos estruturais, nos pactos, nas políticas dos pactos que são transferidas para as CIM's, são os Municípios das CIM's que gerem exclusivamente o montante referenciado. Isto permite o quê? Permite que se um Município tiver dificuldades no montante que lhe é atribuído em termos sociais, para um equipamento social, mas não estiver interessado num equipamento de educação, e outro Município da mesma CIM possa ter mais interesse num de educação e menos num social, possam equilibrar as contas dentro da CIM. Isto tinha sido feito assim. Tinha havido um pré-acordo também – como sabem, as escolas, muitas delas têm ficado com concursos desertos, e tinha havido um acordo na reprogramação, que haveria sempre primeiro que ver se nas escolas que ficaram desertas, se podia ser alocada uma determinada verba para não ficarem desertas, e começarem as obras. Nós estamos com seiscentos e dezoito mil euros (618.000€) de atraso, porque já deviam ter começado em 2018. -----

O que é que sucedeu agora? E isto para vos explicar: a CCDR enviou – a CCDR diz que não é a CCDR, que lhe foi imposto pelo Ministério da Educação – enviou já fechado o número das escolas a intervir, três que já estavam previstas, e o resto todas novas. Ora, nós não podemos aceitar isto. Este é outro dos assuntos. -----

E depois, temos um problema com as Lojas do Cidadão: as Lojas do Cidadão não pertenciam aos pactos da CIM, foram lá colocadas, cerca de oitenta e dois milhões de euros (82.000.000€), num pacto para os Municípios poderem desenvolver, só que em vez de poderem desenvolver, já vinha a lista dos Municípios que tinham que ter. Ora, isto não é uma política de incrementar fundos nas comunidades intermunicipais, e depois já virem decididas do Poder Central. -----

E portanto, as três comunidades não aceitaram, não assinaram o pacto e a reprogramação está sem ser feita. Vamos ter hoje uma reunião, as três CIM's com a CCDR, para ver se é desbloqueada esta situação. Não vou com muitas ilusões; o que nós dissemos foi que se criaram um fundo de seis milhões de euros (6.000.000€) para determinados Municípios da área metropolitana, então criem também para os territórios de baixa densidade um fundo de compensação que não entre nestes pactos. Foi tão simples quanto isto. -----

Outra das situações que nós entendemos que é fulcral é que não seja só vista a área urbana, porque nós, por exemplo – vamos fazer aqui uma comparação, não é dizer mal, nem bem, de outros Municípios, mas o Concelho de Freixo de Espada à Cinta entra como área urbana na totalidade, e em Torre de Moncorvo só entra a sede do concelho. E depois, estão excluídas as áreas rurais. O que nós queremos é que um equipamento que seja feito, seja na sede, seja no

Larinho, seja em Urros, Peredo, Mós, seja na Cabeça Boa, Lousa, Horta, Felgar, Felgueiras, Cardanha, Açoreira, Castedo, Carviçais, seja onde for, possa ser entendido como um equipamento urbano, porque não é só para quem vive nessas localidades, mas pode ser usado por todos. Pois, a política centralista vem dizer que não pode ser, só pode ser na área urbana. Nós não aceitamos isso, e propusemos outro escalonamento, que seja visto não só pelo número de habitantes de determinado concelho, mas pelo número de habitantes juntamente com o território, porque fazer, como sabem, um abastecimento, por exemplo, para a água numa rua de Lisboa ou do Porto, ou numa das nossas freguesias, é muito diferente, porque temos que meter quilómetros de conduta se calhar para uma casa. Mas, essa casa não tem o mesmo direito que os outros que vivem num prédio? Ou seja, a nós parece-nos que as nossas reivindicações são justas, e que se falamos tanto dos territórios de baixa densidade, então está agora aqui na reprogramação a hipótese de nos darem esse envelope que nos iguale. -----

Outra situação, que é mais grave, porque é uma tentativa de colocar CIM's contra CIM's: no anterior Quadro, a CIM do Minho e a CIM do Cávado tiveram um pacote cada uma só para essas zonas. O Minho, pela boa participação que teve na concretização dos fundos – e lembro que o Minho foi o último a assinar os pactos, e conseguiu com isso quinhentos mil euros (500.000€), e a outra CIM, do Cávado, dois milhões e meio de euros (2.500.000€) para fazer um upgrade, ou seja, para que o rendimento per capita atingisse o das outras CIM's. Eu não vou comentar o Cávado, e o número de Ferrari's que por lá andam, e essas coisas, não vou comentar. Mas, nesta reprogramação, apareciam exatamente os mesmos subsídios, ou seja, é subsidiado por subsídios. E nós, isso não aceitamos. As três CIM's que perdiam eram a das Terras de Trás-os-Montes, Douro e Tâmega. E portanto, não foi assinado, e por isso a minha justificação se eu tiver que sair mais cedo, porque estou à espera de um telefonema. -----

Destacar aqui, para além da situação financeira – eu sei que nem só de dinheiro vivemos, é verdade, mas temos que dar esta situação – dizer-vos o seguinte: estamos em fevereiro, a situação financeira a 20 de fevereiro de 2019 tem, em termos de receita, dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil euros (2.259.000€), e temos uma despesa de um milhão, novecentos e sessenta e três (1.963.000€). Isso é fruto das obras que também fiz questão de vos entregar, para estarem todos com uma perspetiva do que se está a fazer no concelho. Ao contrário do que dizem, de placas e plaquinhas, muitas das obras que aqui estão, a maior parte das pessoas nem as conhece, mas são essenciais para o que estamos a fazer. -----

E por isso, para além daquelas que já estão, e que eu vos quero explicar só em duas penadas, que são as obras executadas e as em fase de ponta final, que é a primeira, falta aí a requalificação da unidade de tratamento, obviamente, do Souto da Velha, Felgar, Larinho e Torre de Moncorvo. Falta essa, está lá, está em conta final, e todas essas que estão em conta final, requalificação de unidades de tratamento, como já disse, do Souto, Felgar, Larinho e

Moncorvo, de Maçores, da Açoreira, do Peredo, Urros, Nozelos, Estevais, Junqueira, Vilarica, Vide, o Bairro de Santo Cristo, a pavimentação de passeios na Rua 25 de Abril e Rua das Carmelitas (que é PARU), requalificação de espaços verdes e um espaço público na Praça Padre José Gomes da Costa e os passeios envolventes, o arranjo dos taludes do parque de estacionamento da Rua Vasco da Gama e Afonso Praça, que já estão em fase final, e agora estamos à espera que venha aqui o POSEUR ver as obras, basicamente. -----

Depois, em execução, o Museu do Castelo, que teve aqui uma situação que foi aquando do PATA, a descoberta de mais uma janela, e portanto, teve que ser redimensionado o projeto, o que foi feito com a Direção Regional de Cultura do Norte. E neste momento, o que foi decidido, se repararem, já estão todas as sapatas feitas, vem tudo em metal para ser colocado, já devidamente cortado em fábrica. -----

Dizer-vos também que de todas as obras que eu entendo que são essenciais para a vila, e de uma forma geral para o concelho, são as obras que estamos a fazer, algumas já prontas, sobre o escoamento das águas pluviais e terras do Reboredo. Depois de termos feito a drenagem junto à Cooperativa, junto ao cemitério, três barragens no Reboredo, vamos iniciar agora uma conduta de três por três para grandes enxurradas de água, por cima do Bairro de Nossa Senhora da Conceição, e estamos com aquele talude, com o talude da camionagem, que ainda muita gente pergunta por que é que ainda não terminou; é muito simples, porque se aproveitou, e toda a parte da EDP foi executada, e terminou agora. Ou seja, tudo o que era a iluminação e a eletrificação pública da EDP, que passava por ali também, foi retirada, foi reestruturada, o PT está a funcionar em condições. E portanto, nós iremos terminar essa obra já, porque agora já passou novamente só para a entidade Câmara Municipal. -----

Dizer-vos também que na reabilitação do espaço público na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, alguns passarão por lá e não perceberão o que é aquilo, aquilo é uma réplica de uma trincheira que a Comissão dos Combatentes da Primeira Guerra Mundial em França virá inaugurar. A ideia é fazer a ligação da Avenida dos Combatentes à Rua Dr. Margarido de uma forma muito simples: dentro de uma trincheira, onde sejam homenageados todos os combatentes do Concelho de Moncorvo que caíram durante a guerra, e que terão os nomes em aço corten, que serão iluminados conforme se faz a passagem da Avenida dos Combatentes até à Rua Dr. Margarido. -----

Estamos a terminar o Parque Verde, a segunda fase – o Parque Verde, como sabem, é do Fundo Ambiental do Baixo Sabor – e a construção da ETAR da Adeganha, das Cabanas de Baixo e, até que enfim, o SAR da Foz. A Lousa iniciou-se, e foi também terminado o tratamento de saneamento em Cabeça de Mouro. E com isso, damos por terminado todo este número de ETAR's que estavam previstas. -----

Depois, das que estão em concurso, como já frisei, a mais importante, em valor financeiro, é a

requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo. Depois, temos a reabilitação do espaço público do centro histórico – aqui queria dizer-vos que a reabilitação do espaço público do centro histórico é tudo aqui atrás dos Paços do Concelho, em que tem a intervenção na Rua Nova e na Rua do Poço, com coletores, com a retirada dos fios de telefones e de eletricidade e antenas para parte subterrânea, tudo empedrado, e a recuperação também, que é outra fase, da Sinagoga, que é no PROVER. ----- E depois, as que estão mais avançadas são as requalificações do antigo matadouro, no Montesinho, uma vez que o espaço do Montesinho, o espaço público, já foi adjudicado. Vão iniciar-se dentro em breve duas obras que vão, obviamente, dificultar de alguma forma a vida aos habitantes da sede do concelho (tenho a certeza disso), mas ou queremos ter as coisas, ou então não fazemos obras. A primeira será com o incremento dos modos suaves para pessoas com deficiências ou de mobilidade reduzida, com rebaixamento de passeios e com passadeiras que permitam que os obstáculos sejam diminuídos ou inteiramente retirados, nomeadamente na Praça Francisco Meireles, o acesso aos serviços públicos. E depois, a segunda obra, essa mais complicada, que vai ser a do gás natural. Essa vai ser pela sede do concelho toda, já vem pela ecopista (como sabem), e vai ser algum problema. Depois, as outras estarão a decorrer também pelas diversas freguesias – os Srs. Presidentes de Junta estão aqui, podem falar – outras que irão ser iniciadas, e outras que irão ser contratualizadas mais com as Juntas de Freguesia a partir desta reprogramação, e que espero que hoje traga fumo branco na reunião que vamos ter. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, abrir as inscrições para a intervenção dos Srs. Deputados. Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. ----- Sr. Presidente de Câmara, é apenas um complemento àquilo que disse, e aí estamos de acordo, porque, de facto, todos lutamos contra a corrupção. Ao trazer este tema aqui, foi no sentido, de facto, de uma preocupação, e penso que é aqui que se tratam e se debatem em termos políticos as questões, porque eu não acusei ninguém, muito menos a Câmara – aliás, reconheço que, de facto, tem sido feito um trabalho profícuo no sentido do combate à corrupção – e foi tão só nesse âmbito político que eu trouxe aqui, digamos assim, a notícia, que não foi vista numa novela (como calcula), mas que a mim me preocupou. -----

E quando o Sr. Francisco Braz diz, e muito bem, que está o assunto a ser tratado em tribunal, pois é aí que deve ser tratado, eu não quis também acusar a pessoa em causa. Eu apenas trouxe aqui o assunto, de facto, para se fazer o debate político e nos preocupar a todos,

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. Dias".

enquanto deputados de uma Assembleia Municipal, que é o local certo onde se devem discutir. Estas coisas, não as discuto na praça pública; acho que é aqui que se devem discutir estas situações. -----

Quanto à moção que há bocado o Sr. Presidente falou, nós iremos elaborá-la e trazê-la na próxima Assembleia Municipal. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, estimado público: -----

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, congratulamo-nos, obviamente, com o lançamento do concurso para a reabilitação da escola. -----

Sublinhamos também – que já foi em dezembro – a celebração da assinatura dos contratos no âmbito da situação precária dos trabalhadores, que é sempre bom haver mais segurança laboral, que isso pode trazer impacto positivo para o nosso concelho, ficando mais pessoas e havendo mais famílias. -----

Congratulamo-nos também que no dia 24 de janeiro houve a inauguração do Núcleo de Intervenção a vítimas de violência doméstica e de género, é de sublinhar. -----

Congratulamo-nos também – e eu, pessoalmente, não pude estar, por motivos profissionais, na visita do Sr. Primeiro Ministro e Ministro do Ambiente, por causa do projeto dos Lagos do Sabor. Foi pena que por motivos de agenda nacional, os jornalistas, em vez de perguntarem sobre o que é que era o projeto, perguntaram mais sobre a greve dos enfermeiros, e foi pena que a nível nacional não tenham saído notícias sobre os Lagos do Sabor. -----

E depois, parece que nós combinámos, porque eu trazia aqui quatro ou cinco perguntas, como falou dos taludes do Celeiro, falou de outras obras, e eu ia colocar exatamente isso, porque nos taludes do Celeiro, a obra está-se a arrastar já há bastante tempo, e você já respondeu prontamente. -----

Perguntar também, que vi que está parada a obra do parque infantil no Olival das Bolas, pelo menos não tenho visto movimento, perguntar o que é que se passa nessa obra. -----

Vimos também que nos projetos que estão em carteira – salvo erro, não sei como é que está a designação – que vão avançar com as hortas comunitárias. Qual é que será o local das hortas comunitárias, e é bom que se pegue num projeto que também já era passado, e que se volte a reabilitar essa mesma situação. -----

Quanto à situação do POSEUR, de a participação ter passado de oitenta e cinco (85%)



para sessenta por cento (60%), é uma pena, porque isso vai aumentar mais os encargos para o Município, e assim, como disse o Prof. Eduardo, na próxima Assembleia, se os outros líderes das Bancadas e as outras Bancadas acharem por bem, e os Presidentes de Junta, fazemos uma moção conjunta para contestar essa situação, porque é de lamentar. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, tem a palavra. --

-----**O Deputado Luís João Dias:** Tenho a salientar, acho que o mais importante foi mesmo a inauguração do Núcleo Intermunicipal de Intervenção em Vítimas de Violência Doméstica e de Género, e tenho uma questão sobre isso: o placar informativo desse local é muito bem visível, visível para a Avenida dos Combatentes, e a minha questão, se calhar por ignorância minha, é se não há problemas de anonimato, da subtileza quando se põe uma vítima num espaço recatado, ou seja, todos esses problemas com a publicidade do próprio sítio, não sei qual é a vantagem desse placar informativo, ou pelo contrário, quais seriam as vantagens de não o ter lá. -----

Tenho a salientar o final, ou quase, das ETAR's, no âmbito do POSEUR, a sua melhoria ambiental e de saúde pública. Gostava que, se possível, se o Executivo me conseguisse explicar também os ganhos financeiros de haver um tratamento da água, porque os benefícios para o ambiente e para a população são lógicos. -----

E para terminar, gostava de saber, decorrente da visita do Sr. Primeiro Ministro da República Portuguesa ao nosso Município, se além do Sabor, o Sr. Primeiro Ministro falou em alguma coisa mais, quem sabe sobre o envelope financeiro para a descentralização, se há alguma obra fora do litoral no próximo plano de obras públicas, como é que correu a visita. No fundo, se o Sr. Presidente nos pudesse informar como é que correu a visita do Sr. Primeiro Ministro. --  
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto Tiago, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia a todos. -----

Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia ordinária, de dezembro, virou-se para o João, já na última intervenção, sem que o João pudesse responder, e perguntou-lhe por que é que Moncorvo tinha uma dívida tão elevada, e parece que nada o distinguia dos outros concelhos do distrito. Havendo em Moncorvo uma dívida tão elevada, comparada com a dos outros concelhos, seria muito superior. O Sr. Presidente está a fazer malabarismo, porque sabe perfeitamente que, ainda há dias, a Presidente da Junta de Freixo de Espada à Cinta disse que

herdou uma dívida de cerca de dezanove milhões de euros (19.000.000€), quando o Orçamento de Freixo será à volta de nove (9.000.000€) a dez milhões (10.000.000€). Ora, a dívida da Câmara, tanto quanto sei, seria à volta de catorze milhões (14.000.000€), num Orçamento que será de cerca de dezanove (19.000.000€) ou vinte milhões de euros (20.000.000€). Cito o Freixo, mas podia citar, por exemplo, Mirandela, que toda a gente sabe aquilo que vem na comunicação social. Mas, podia citar, já desse tempo, Alfândega da Fé, quando o atual Presidente tomou posse, qual era a situação financeira de Alfândega da Fé. E diz que nós não nos distinguíamos, à época, dos outros concelhos. -----

Sr. Presidente da Câmara, esquece-se que quando nós fomos daqui para o Porto, eu ia do Peredo até à IP2 em tapete, já a partir de 2002 (não tenho a certeza se é 2002 ou 2003), chegava ao Concelho de Vila Flor e ia numa estrada de pedra, em que os carros completamente se desconjuntavam, passava Vieiro, passava Abreiro, exatamente a mesma situação, Concelho de Vila Flor e Concelho de Mirandela. As estradas do concelho, municipais, a Estrada Municipal do Peredo até ao Felgar estava em tapete, já nesse tempo estava em tapete. Nós já circulávamos em tapetes quando os outros circulavam em estradas de seixos, que era exatamente essa a classificação. Não sei se o senhor ia para o Porto, mas muitos daqui iam para o Porto, e faziam este trajeto, que era o trajeto mais curto. -----

É malabarismo que o Sr. Presidente faz, que está sempre a falar na dívida, o Sr. Presidente está todos os dias a falar na dívida, autoproclama-se aqui o defensor da memória do ex-Presidente da Câmara, e aí de quem o ofenda, mas em todas as ocasiões em que tem oportunidade de falar na dívida, fala, e fala de uma maneira que não é correta, que já são duas vezes em que diz assim: há uma fatura que já vem do mandato anterior, de 2009. Ora, essa fatura, se ainda não estava paga, a culpa tanto era do Executivo anterior, como é do seu, porque o senhor já está no poder há cinco anos. Agora, já são duas vezes que fala nessa fatura de 2009, pedia-lhe para dar uma explicação sobre essa questão, que o senhor já refere isso duas vezes, e isso não é bom, está sempre a insinuar, está sempre a falar, está sempre a atirar com a dívida à cara, quando, de facto, a dívida existia, mas existia obra. Hoje, o Sr. Presidente diz assim: "Eu diminuí a dívida, em cinco anos diminuí a dívida em vários milhões de euros", pois pode diminuir, porque, de facto, as grandes obras, as obras pesadas, as obras que satisfaziam as necessidades das populações, estavam feitas; o senhor hoje limita-se a fazer pequenas obras, que são as obras complementares, e faz muito bem. É por isso que pode gerir o seu Orçamento de uma maneira muito mais racional do que podia fazer o anterior Presidente, que estava a todo o momento a querer fazer, porque as pessoas exigiam, os Presidentes de Junta telefonavam para a Câmara, as pessoas diziam que nas ruas não se podia transitar porque havia lamas, as pessoas reclamavam porque não havia água nas

torneiras. Nós já temos água canalizada no Peredo e Urros desde 1993, água em abundância e de qualidade. -----

E agora, voltando à água, pergunto ao Sr. Presidente, desde 2013, quantas vezes é que os depósitos, as mães de água das freguesias, foram lavados. Na última perguntei-lhe neste mandato, agora pergunto-lhe, desde que está no poder, quantas vezes é que esses depósitos já foram lavados. Essa é uma questão importante, porque se trata da saúde pública, porque uma das Sras. Vereadoras, a Eng.<sup>a</sup> Piedade, quando chegou aqui à Assembleia Municipal, uma das questões que levantava, e várias vezes levantou, era a questão dos fontanários que existiam por esse concelho fora, e que não havia controlo sobre essa água. A Sra. Engenheira agora tem essas preocupações? Tem? Então, eu hoje quero ouvir a resposta do Sr. Presidente da Câmara sobre a questão da lavagem e da desinfeção das mães de água das várias freguesias do concelho, se tem essa preocupação, porque na altura teve, se calhar bem. -----

Outra questão: o Sr. Presidente fala da Feira Medieval, a Feira Medieval para si é tudo e mais alguma coisa, é o que vai contribuir para desencravar o concelho, para o desenvolvimento do concelho, mas além disso, não lhe vejo uma ideia para um prazo de cinco a dez anos, qual é a sua ideia e qual é a sua estratégia de desenvolvimento para o concelho. Eu não ouvi aqui nada concreto, a não ser isso, e mais nada. Não lhe ouvi, não teve outra ideia. Anda por aí uma ideia no ar, que, de facto, é capaz de ter algum sucesso, que é a tal questão dos Lagos do Sabor, mas essa ideia tem pai, essa ideia já não lhe pertence, não é sua. -----

Havia outra questão que o anterior Presidente falava muito, que era a questão do multiusos, e o multiusos parece que era. Aquilo que eu entendi, e na altura o que eu percebi é que tentaria fazer dela a obra que, de facto, iria distinguir Moncorvo dos outros concelhos, porque havia um projeto, que era o projeto do Arq.<sup>o</sup> Souto de Moura, que, de facto, era caríssimo, as pessoas na altura não aceitaram muito bem a ideia, mas eu penso que essa, se calhar, era uma boa ideia, que era trazer para o nosso concelho uma obra que se distinguiu das restantes, porque tinha, de facto, a autoria de uma pessoa reconhecida internacionalmente. Se calhar, essa era uma ideia que o Sr. Presidente poderia acarinhar. Mas, como muito provavelmente também já tinha sido sugerida pelo anterior Presidente, o Sr. Presidente provavelmente arrumou-a para um canto. Eu não sei exatamente se houve algum pagamento do projeto, se há um estudo prévio já sobre isso; se não há, Sr. Presidente, fale-nos lá sobre isso, se faz favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia. -----

Da informação escrita acerca da atividade municipal, realçamos a assinatura e concretização de várias parcerias e protocolos, nomeadamente com os Resíduos do Nordeste, com a APA,

CLDS, GNR, onde destacamos o Seminário “Envelhecer com qualidade no Distrito de Bragança”. -----

Ainda a promoção do ensino de novas disciplinas na Escola Sabor Artes, e a inauguração do Núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. -----

Na Guarda, o Secretário de Estado da Energia, João Galamba, pediu aos habitantes do interior para consumirem mais energia, porque só assim se justificam os investimentos feitos para conseguir ter uma plataforma logística e uma forma de agradecimento à EDP. -----

No passado dia 1 de fevereiro, o Sr. Primeiro Ministro, António Costa, visitou Moncorvo e os Lagos do Sabor, convidado pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, no qual o Sr. Primeiro Ministro falou do pão, vinho e amêndoa, produtos que muito valorizamos e divulgamos. E medidas concretas para o desenvolvimento do interior, trouxe alguma coisa? O que nos apresentou, Sr. Presidente? Ou será que o Governo Central se está a preparar para fazer do interior e Trás-os-Montes uma reserva de caça, com aldeias de esgotos secos, como uma notícia que saiu hoje nos jornais, mas com fibra nos palheiros abandonados? -----

Dar os parabéns ao Executivo pelas obras de requalificação já concluídas em várias ETAR's do concelho, e pela continuação de políticas de desenvolvimento sustentável no concelho, com a antecipação do pagamento de empréstimos de 2021 e 2023, e um saldo do período de três milhões e meio de euros (3.500.000€), com cinco milhões (5.000.000€) ainda a receber pelo Estado, apesar do investimento de dois milhões de euros (2.000.000€) já executados em candidaturas. Esperamos que o Executivo consiga, até 2021, pagar toda a dívida, excetuando o plano de saneamento financeiro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, vereadores, deputados, funcionários e público em geral, muito bom dia. -----

Depois de congratulações e louvores feitos por ambas as Bancadas, eu pretendo também congratular o Município pela atividade realizada ontem, em conjunto com o Comando Territorial de Bragança da GNR. -----

E também congratular por este fim de semana a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo ter trazido para o território e para o concelho o 32.º Encontro Venatório, o qual vai trazer cerca de quinhentos ou seiscentos caçadores à região, e pelo que é de conhecimento, tanto a parte hoteleira, como de restauração, vão ter um fim de semana em grande – ou seja, pelo que é do conhecimento público, estão cheios, quer a parte hoteleira, quer a restauração. -----

Em todo o caso, gostaria de colocar aqui uma pergunta, que se debate muito lá fora, em prol de algum esclarecimento que nos queira dar, que é sobre a parte do Agrupamento de Escolas,

a obra em si, a parte da adjudicação, porque é sabido que algumas empresas locais não podem concorrer à obra. Gostaríamos de saber qual o motivo. -----

E também, uma vez que estamos numa senda de obras, eu gostaria também que a Câmara Municipal, através da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, e claro, se calhar numa íntegra, porque são obras com alguma dimensão financeira, que seria a obra de requalificação da Corredoura e os passeios também do Bairro de Santo Cristo. -----

É tudo. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para responder às questões levantadas, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Eu agradeço as congratulações, se bem que são devidas a todos, porque o esforço também dos Srs. Deputados aqui, ao fiscalizarem, também faz com que o Executivo assim trabalhe. Eu digo que não tenho as coisas combinadas, mas o parque esteve suspenso por causa do tempo, visto que estamos na fase das pinturas, e não era possível, com as borrachas e a pintura, fazer. Mas, curiosamente, estão lá hoje. Não estava combinado, mas estão lá hoje. -----

Bem, Sr. Deputado Fausto Tiago, o senhor vê tudo negro de um lado, e não vê arco-íris no outro, só vê rosas. Não vê pétalas, só vê espinhos, e na outra só vê água a correr frondosamente de pétalas de rosa. Sabe que eu tenho uma coisa quando digo do meu antecessor, que não voto contra, e até pago pareceres para ele ter subsídios de reintegração, isto foi feito em 2013. Os seus companheiros de Bancada – o senhor, nessa parte, estava no PSD, como independente – nessa altura, quero dizer-lhe uma coisa muito simples: foi aqui que se pediu os votos favoráveis do PSD, para reintegração, vou-lhe dizer só isso. E mais, sabe que enquanto ele foi vivo, nós tivemos sempre conversas aqui no meu gabinete, em que eu lhe dava a cadeira, e tratei-o sempre por “Presidente”. O senhor diga-me se consegue, com os seus sucessores, fazer o mesmo, dentro da sua sala da Junta de Freguesia. Não consegue. E nós sabemos que não consegue, não vale a pena. Portanto, nem quero entrar por aí. -----

Mas, percebi uma coisa, é uma coisa que eu nunca pensei ouvir de si. O que eu pensei que o senhor me trouxesse, quando vinha do Peredo até ao Pocinho, era que dissesse que à estrada faltava pelo menos um metro de cada lado, e depois fosse saber o porquê de faltar um metro de cada lado. Vá descobrir isso, o senhor já andava cá. Vá descobrir, não tenha vergonha, e depois traga cá os resultados. Sabe porquê? O senhor, nessa altura, estava na Junta, o Presidente estava aqui, e portanto, sabiam o que é que estava projetado e o que é que foi feito. Vá descobrir porquê, e depois traga cá, que eu estou à vontade quanto a isso. -----

Mas, também percebi outra coisa, que o multiusos é uma boa ideia. E há outra coisa que eu

não faço: os funcionários que são da Câmara trabalham mesmo na Câmara, não têm pseudo gabinetes a fazer de conta que estão cá; trabalham mesmo cá. É por isso que quando apresentamos determinados resultados, apresentamos com o intuito de que sabemos o que é que fazemos. -----

Outra que eu lhe vou dizer: a vossa grande bandeira era os noventa e nove por cento (99%) do saneamento feito, era a vossa grande bandeira. O senhor está-me sempre a dizer para eu percorrer algumas estradas; vá da Cabeça Boa à Foz, e encontre onde é que estava o depósito do SAR de Cabeça Boa, e onde é que está a canalização, por onde é que ela corria. Vá ver. E como essa, N delas. Os noventa e nove por cento (99%) nunca passaram de uma grande bandeira, que caía por terra mal se vissem as coisas. -----

Mas, também percebi outra, que o multiusos é uma boa ideia. O multiusos foi das primeiras faturas que eu tive aqui, trezentos e sessenta mil euros (360.000€) pelo projeto. Aliás, havia uma coisa que o anterior Presidente dizia, e bem, que quando gratuitamente o Município, em contrapartidas, tem um edifício do Siza Vieira, o Presidente de então dizia: “Eu não quero que seja do Siza Vieira, porque Moncorvo vai ser um concelho do Souto de Moura.” E aí tinha razão. Se era uma contrapartida, e se ele tinha um projeto do Souto de Moura, tudo bem. Agora, diga-me uma coisa – o senhor não estava cá na Assembleia de dezembro de 2013, na prestação de contas que fizemos: é que não eram catorze (14.000.000€), esses eram os que estavam previstos; eram vinte e três milhões (23.000.000€). Não lhe sei dizer os trocos, que eram trezentos e tal mil euros. Vinte e três (23.000.000€), isso é que fantasias financeiras. -----

Mais, connosco, a primeira coisa que fizemos foi um ROC vir fiscalizar as contas. Foi a partir de 2013, da alteração, que tivemos qualquer financiamento ou qualquer contrato que passar pela DGAL. As grandes dificuldades de hoje dos Srs. Presidentes de Junta são exatamente isso, é porque temos que fazer tudo em Assembleia Municipal. Antes, como é que era, Sr. Deputado? Eu recorde-me de o Larinho e a Lousa não terem um cubo, e outros não saberem o que fazer a cubos, eu recorde-me disso, e o senhor também se deve recordar. E se ia em pavimento alcatroado do Peredo até ao Porto, outros teriam que andar sem conseguir ter um carro de bombeiros, como era o caso da Lousa, e outros, como no caso do Larinho, em que o senhor assistiu aqui, como eu, a muitas Assembleias Municipais, não tinham um cêntimo. Eu lembro-me disso. Agora não, trazemo-los aqui, todos. São as diferenças. -----

Mas, percebi também que, para o senhor, um “elefante branco” pode ser uma obra de mandato. Mas, isso eu percebo, com o Ceausescu foi assim, o Orbán, atualmente na Hungria, pensa assim, os anteriores líderes da União Soviética pensavam assim. Aliás, a Cidade Proibida tem lá o Mao Zedong com o seu mausoléu, que também pensava assim. E houve outros que pensaram assim, aqui ao nosso lado. E hoje, por exemplo, deu aí o exemplo de Freixo, sabe para que capacidade é que foi feito o financiamento, e foi dito que era o número

de utilizadores diários da piscina de Freixo de Espada à Cinta? Dois mil. Era assim, mas era assim que se tinha que fazer, obrigavam-nos a ir a determinados concursos para trazer dinheiro para as nossas terras em coisas que nós não precisávamos. É que isto é verdade.-----

Não foi só aqui, foi no privado também, era assim. -----

Eu aqui ainda não tinha falado da Feira Medieval, na anterior infelizmente estive doente, não tive hipótese de aqui estar. Portanto, eu vejo que alguém está obcecado com ela, mas eu aqui não tinha falado nada. -----

Mais, se quer ver obras de futuro, as obras de futuro começam por aquelas que são debaixo da terra, as ETAR's. São dessas que se trata. Mais, se quando foi da barragem tivéssemos financiado e tivéssemos conseguido apostar ali em medidas de contrapartida financeira que não fossem para multiusos, e coisas do género, teríamos financiado um bom acesso ao IP2, teríamos financiado uma ponte condizente com a Foz do Sabor, teríamos financiado e ficado na Guia que os Lagos do Sabor permitiriam o regadio. E aí, o senhor tinha toda a legitimidade para se levantar e dizer: "Eu, enquanto agricultor, tenho aqui um projeto do anterior Presidente da Câmara que diz que na Guia está aqui o regadio". Onde é que estava o senhor nessa altura, para não se recordar dessas situações? -----

Mais, as barragens, obviamente, são monitorizadas pelas Águas do Norte – estou a passar já para a parte técnica – as captações são monitorizadas pelo Município, e a qualidade da água é de forma tripartida pelos Laboratórios da Região de Trás-os-Montes, pelo Centro de Saúde, em termos de saúde pública, e pela Câmara Municipal. São três entidades. Mais, a Câmara nem sequer é notificada quando as entidades externas vão às captações ver a qualidade da água. Pela primeira vez, se virem no relatório da ERSAR, as águas balneares da Foz têm excelente qualidade. E fomos nós que fizemos isso, também não temos que ter medo de dizer isto. -----

O Sr. Deputado esquece-se, esquece-me mesmo, acredito que seja por se esquecer, que eu digo sempre que as grandes obras se devem – e por isso os homenageámos – aos Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta que tomaram posse em 1976. Infelizmente, aí andávamos de socas, na lama, e tínhamos muita gente; hoje temos muitos paralelos, temos pouca gente, e a erva cresce no meio dos paralelos. Este é o drama que vivemos, e esse é que nós temos que pensar. Em vez de gastarmos doze milhões (12.000.000€) num multiusos como obra de regime, é gastar muito menos do que isso num estudo que nos permita duas situações: criar jovens aqui em Moncorvo que possam ir para Bruxelas fazer lobby em Bruxelas, isso é importantíssimo; segundo, gastar muito desse dinheiro em repensarmos o nosso futuro, e o nosso futuro começa hoje, ou já começou ontem, na forma de cativar gente para estar aqui. Não devemos estar aqui a pensar no que é que vamos fazer daqui a dez anos, em termos de equipamentos, isso é um erro; devemos é conseguir assegurar qualidade ao que estão cá, e

pensar como é que o Poder Central não tira serviços públicos de cá, e aqui falo de todos os Governos desde 1974. É isso que nós temos que pensar. -----

E portanto, em vez de dizermos o que é que se fez daqui para além, ou que ideias de futuro têm, eu já lhe disse, o alcatrão está. Mas, digo-lhe outra coisa, se fosse comigo, a zona industrial nunca seria onde está hoje, e já o escrevi, não foi agora, já vem desde 1995, era na Junqueira. Estamos em negociações para poder adquirir um terreno para nos candidatarmos a uma nova fase. Só que sabe qual é o problema? É que agora os fundos da União Europeia só permitem o alcatramento até ao último quilómetro – o chamado *last mile* – para zonas industriais já existentes. Esse foi um erro que prejudicou o nosso futuro, porque se hoje estivéssemos na Junqueira, estávamos com mais empresas e melhor qualidade de escoamento, e com maior visibilidade. Foi uma ideia que eu tive em 1995, e escrita em vários programas, e aqui na Assembleia Municipal dei esse exemplo. -----

Mas, Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: as dívidas são prejudiciais para qualquer entidade. Quando eu lhe digo que espero que aquelas que estavam até 2021 contratualizadas, e que conseguimos solver em 2018, e as que estavam contratualizadas até 2023, conseguir solvê-las até 2020, isto tem um plano estratégico, e alguns que estão aí sabem: é que as novas regras da União Europeia têm este paradigma: o Município não pode estar endividado, e o cálculo do financiamento – vejam bem ao que isto chegou, e vou dar-vos este exemplo: se nós, ao contrário do que decidimos, em termos de IRS, em que cobramos cinco por cento (5%) daquilo que pode ser para fundações, para associações, ou não sendo para as entidades municipais, reverte para o Estado, se nós não tivéssemos tido essa decisão, a forma de cálculo dos fundos europeus para cada Município era-nos retirado nessa proporção. Vejam ao que isto chegou. E isto não é de âmbito nacional; é de âmbito europeu. -----

Portanto, duas grandes mensagens que eu deixaria, então, para o futuro, para não ser cimento e alcatrão, que tanto foi criticado pelo Sr. Deputado no tempo do Prof. Cavaco Silva – ao ponto a que o mundo vira e gira, enquanto uns defendiam a cultura, na altura, e outros o alcatrão, agora isto virou tudo. Qualificar jovens para conseguirem estar em Bruxelas a fazer lobby pelas suas regiões, essa é a primeira grande situação. E a segunda é conseguir reduzir ao máximo o endividamento, para quando surgir o novo Quadro 2030 estarmos em condições de poder ir em igualdade com todos. -----

Agora, concluindo, eu posso, com todo o gosto, oferecer-lhe a primeira ata da Assembleia Municipal onde vêm as contas todas, os vinte e três milhões (23.000.000€). E quando eu digo “uma fatura de 2009”, tenho dívidas de faturas de 2009, ainda agora fomos notificados, e mandámos para trás – provavelmente também o anterior Presidente mandou para trás. O que eu lhe estou a dizer é que chegámos a um ponto em que a desestruturação financeira não permitia a ninguém fazer o que fez. E quando fala de grandes obras, nas obras do POSEUR,



de três milhões (3.000.000€), e contávamos com oitenta e cinco por cento (85%), ficámos com menos vinte e cinco (25%). Ou seja, tivemos que suportar quarenta por cento (40%). E sabe qual é a diferença? É que não deixei para outros mandatos; estão pagas. Essa é a grande diferença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos abrir as inscrições para o segundo período. Cada membro disporá do tempo de cinco minutos. Quem pretende inscrever-se? Sr. Deputado Fausto, tem cinco minutos. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, Sr. Presidente, disse: "Nesse tempo, o senhor estava no PSD". Quero que me diga quando é que eu estive no PSD. Não, o senhor vai ter que me dizer, e vai ter que me pedir desculpa, quando é que eu estive no PSD, quando é que eu apoiei o PSD. O senhor pode dizer assim: "Em 2013, apoiou-me na campanha eleitoral", e pode dizer assim: no Peredo dos Castelhanos, quando foi lá o senhor fazer a sessão de esclarecimento (ou comício, como queira), eu disse ao seu lado que eu não era PSD, eu era socialista, e nesse momento apoiava o Dr. Nuno Gonçalves porque achava que era a melhor solução para o Município. O senhor vai ter que me dizer quando é que eu estive no PSD, senão vai ter que me pedir desculpa. Isso eu não lhe perdoo. -----

Outra coisa, falou duas vezes já na fatura de 2009; diga-me lá qual foi a fatura de 2009 que o senhor pagou. Falou, mas não disse; falou aí agora de uma fatura que veio, e não disse. Eu vou consultar as duas atas, o senhor já falou por duas vezes nessa fatura, vou consultá-las, não tenho a certeza, mas o senhor disse: "Já paguei a fatura de 2009", que a tinha pago este ano. Ora, de 2009 até este ano, veja lá quantos anos são. A culpa tanto é do anterior, como é do senhor. Agora, diga-nos que fatura é que foi essa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.

-----**O Deputado Luís João Dias:** Congratulamo-nos por o Executivo antecipar pagamentos, boas contas, bons amigos, de certeza que mais projetos entram, mais dinheiro podemos pedir, quando se têm boas contas. Agora, a questão, dívidas pagas, mas não há obra, continuo sem a perceber. Só no caso da água, para sublinharmos a questão da água e a sua importância na atividade municipal, qual é a diferença entre coletores, e ter noventa por cento (90%) de uma rede de efluentes em coletores, o que tínhamos no outro mandato, e depois não tínhamos ETAR's; tínhamos fossas sépticas, ou pior – não sei dos casos piores, mas ouvi falar, posso tirar isso a limpo – e de agora do tratamento que nós damos a esses efluentes. É que o ganho ambiental num Município como o nosso, o que podemos promover ao nosso ambiente

saudável que temos, e o ganho em saúde pública, são enormes, de um bom tratamento de efluentes. Gostava de saber qual o investimento total, se é possível o Executivo me dar esse número, qual o investimento total em obras em águas e efluentes no âmbito do POSEUR – nem falo das obras que este Município fez sem se candidatar ao POSEUR; falo de obras com participação, porque apesar de não haver uma obra marcante neste Executivo, há pequenas obras debaixo de terra que marcam a forma de fazer política. -----

Gostava também de voltar à pergunta sobre a visita do Sr. Primeiro Ministro, acho que é a atividade municipal mais relevante neste período que passou entre Assembleias, gostava de saber o que é que o Sr. Primeiro Ministro nos disse. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para responder às intervenções. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Bom, da viagem do Sr. Primeiro Ministro, o que eu tenho a salientar é que não foi só o Sr. Primeiro Ministro, foi quase um Conselho de Ministros, com tantos Ministros e Secretários de Estado que estavam, e que no dia anterior ainda não sabiam que estavam, o protocolo dizia que não estavam, depois já estavam, e às cinco da tarde soubemos que, afinal, a Agência Portuguesa do Ambiente era a promotora de uma iniciativa com o Ministro do Ambiente e com o Primeiro Ministro, que já não era nos Lagos do Sabor, e depois, às cinco e meia, já era, e depois Macedo de Cavaleiros não estava, e a seguir já estava. Portanto, como podem ver, foi tudo na perfeição. -----

Quanto ao Sr. Primeiro Ministro, destaco o seguinte, o apoio que deu à ideia dos Lagos do Sabor, sem dúvida um apoio inequívoco. Espero que não seja por estarmos em 2019; espero que seja um apoio definitivo. -----

Segundo ponto que focámos com o Sr. Primeiro Ministro, a possibilidade de alteração da via, que como sabe, está com o Secretário de Estado João Galamba, para duas situações: a primeira situação, as contrapartidas financeiras a concessionar aos quatro Municípios, e a segunda, a possibilidade de alteração da via para permitir o regadio, que neste momento não é possível. O Sr. Primeiro Ministro, juntamente comigo, com o Sr. Ministro da Agricultura e com o Sr. Ministro do Ambiente, solicitou ao Ministro tutelar da pasta, que é o Ministro da Agricultura, para lhe fazer chegar a informação. Portanto, se conseguirmos esses dois apoios, penso que foi muito bem-vinda a visita, como é sempre, de qualquer membro do Governo. -----

Sr. Deputado, tem razão, não foi do PSD, aí tem razão; integrou como independente uma lista do PSD. Tem toda a razão. E portanto, já lhe dei essa razão, porque é a verdade dos factos,

que não são escondidos, integrou nesse ano uma lista do Partido Social Democrata, enquanto independente. -----

Bom, faturas: transportes escolares, que estávamos perto de serem canceladas; empreitadas diversas, nomeadamente uma empreitada que teve a ver com a requalificação ainda das águas drenantes do Peredo – vou-lhe dar esta, que o senhor estava lá na altura. Resíduos, tínhamos uma quantidade deles, nomeadamente qualquer coisa como oitocentos mil euros (800.000€). E é essa a que me refiro, de 2009. -----

E se quiser mais, tinha algumas, como, por exemplo, já aqui me acusaram de pôr em causa o futuro do Município porque antecipámos as rendas das barragens, que quero que fiquem cientes que até 2031 era um milhão e quatrocentos mil (1.400.000€) que tínhamos que receber, só que em novembro de 2013 devíamos um milhão, seiscentos e oitenta mil (1.680.000€), mais juros, o que quer dizer que se esperássemos até 2031 para recebermos um milhão e quatrocentos mil (1.400.000€), provavelmente pagaríamos uma parte substancial de juros, e deixaríamos a dívida. -----

Ora, eu percebi que pagar o tratamento de resíduos não é importante, pagar os transportes escolares das nossas crianças não é importante, pagar o que devíamos de água não é importante, e termos uma coisa que agora não acontece, é lançar um concurso e dizerem que se é para a Câmara de Moncorvo, vamos pôr o número de anos que não são pagos, mais os juros. Hoje isso não acontece; temos um preço base, e bem abaixo do preço base. Sabem por quê? Porque são vinte e oito dias para receber. Essa é que é a grande forma de poupar dinheiro; não são três anos, nem quatro, nem cinco. E não sou eu a dizê-lo, é a DGAL, basta irem ao segundo trimestre de 2013, e têm lá, prazo médio de pagamento, trezentos e setenta e seis dias. Portanto, os números têm uma coisa boa, é que são claros. E dessa forma, não há mais nada a dizer. -----

Se não tivéssemos a dívida da água, a dívida dos resíduos, a dívida das empreitadas e a dívida dos transportes escolares – e mais, ainda lhe vou dizer outra, a penalização grave que tivemos no Centro Escolar, de vários milhares de euros, em que não foi só o termos que pagar o término da empreitada, foi a penalização que tivemos de mais de cento e cinquenta mil euros (150.000€), e teve que ser paga logo, e foi, antes de mais, o terem ficado cativos todos os fundos do QREN para pagamento, imagine o senhor, da ligação do Felgar ao Souto da Velha, naquele paredão que está lá à frente do santuário. Essa foi outra. -----

Portanto, quando chegámos aqui – e também lhe aconselho a ler uma entrevista do então Líder Parlamentar do PS na Assembleia Municipal, de novembro de 2013, onde, e citando, diz: *“Dou os parabéns ao Executivo por ter conseguido pagar o empréstimo de curto prazo que ainda estava em dívida, no valor de trezentos e setenta e seis mil euros (376.000€). Eu não acreditava que fosse pago.”* Era essa a circunstância que tínhamos. Além do mais, num grande

ato de democracia, onde todas as chaves dos edifícios e dos automóveis, sem etiqueta, onde hoje está a secretária da presidência. Isso sim, foi um grande ato de democracia. -----

Portanto, para vos dizer o seguinte: quem tem boas contas, provavelmente tem bons negócios, e é assim que iremos continuar. Não acredito em obras do regime; acredito em pequenas obras que vão ao encontro de cada um dos munícipes e de cada um dos cidadãos. E hoje, o paradigma é completamente diferente. Se na Flor das Amendoeiras, há dez anos, ou vinte, atrás, tínhamos autocarros a virem para Torre de Moncorvo, hoje as pessoas escolhem turismos rurais, escolhem fins de semana gastronómicos, escolhem encontros venatórios, e escolhem uma coisa essencial, turismo de natureza e turismo paisagístico. A Serra do Reboredo também, e vou dizer-lhe uma coisa, foi onde foi feito mais investimento, foi na Serra do Reboredo. -----

Ora, ainda bem que fala da Brigada de Sapadores, aí está mais um exemplo do que o senhor entendia – também não foi combinado. Olhe, vou dizer-lhe duas coisas, para verem como é que os seus camaradas de então – que assim já não erro, os seus camaradas de então – pensavam: fizeram contrato com uma brigada e com uma associação de Vila Real, trabalho público no Município de Torre de Moncorvo, o Sr. Deputado certamente saberá e vai-nos trazer esta lista, trabalho público – não é privado – dos Sapadores, não é privado nem para proprietários, que esse os sapadores faziam bem, mas traga-me o público. E vou dizer-lhe outra coisa: é que nós candidatámo-nos a uma Brigada de Sapadores, a uma equipa de Sapadores, e olhe a conclusão a que chegaram: recusada porque Torre de Moncorvo não tem necessidade. E sabe como é que foi feita a reclamação? Eu não sei se o senhor estava, por acaso vou ver, vou ver se o senhor estava lá: um cineteatro cheio de Presidentes de Junta, o atual Presidente do ICNF nas primeiras cadeiras, que era só do norte, o Presidente do ICNF de então, Carlos Guerra, na mesa presidencial, o então Presidente da Câmara, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado, e todos estavam na fotografia a dizer que recusavam, que nós não tínhamos autoridade na Serra do Reboredo, a assinar um protocolo de autoridade da Câmara na Serra do Reboredo. Eram, então, os seus camaradas a fazer isso. Sabe que bastou juntarmos as fotografias para em quatro ciclovias termos um despacho, e de não estarmos nas quarenta primeiras, passámos para oitavo? É para lhe dizer como é que a política funciona, às vezes uma imagem vale mais do que mil palavras. Eram os seus camaradas de então. Mas, era de Vila Real, fixe isto, associação de Vila Real. E sabe que mais? Apesar de ainda constar como equipa de Sapadores, não está ativa desde 2014; mas, continua ativa, e continua com tudo. Ou seja, posso dizer-lhe que assinámos o contrato de Sapadores, e que irá ser uma equipa de Torre de Moncorvo. E portanto, já se pode congratular com isso, é uma equipa de Sapadores do Município. -----

Isso é bom, percursos pedestres, fizemos a limpeza que o ICNF não fez. Só me está a dar

trunfos, agradeço. Não sei se é muito bom à sueca, mas está-me a trunfar tudo, muito bem. Olhe, os percursos pedestres, a limpeza primária foi toda feita, pusemos lá uma coisa que o senhor também devia estar agradado, porque é um nicho de turismo importante, que são uns observatórios de aves, onde temos um nicho muito agradável de turistas que estão aqui. Mais, ao contrário do que existia, com caminhos completamente destruídos, fizemos com que fossem repostos os caminhos, e fizemos outra coisa, conseguimos que a Federação Portuguesa reconhecesse os caminhos pedestres que estão no Reboredo. O senhor é que nunca foi lá, mas estão, e foi tudo limpo. E o senhor via o que era da responsabilidade da Câmara tudo limpo. Portanto, quando fala, não se deixe “emprenhar pelos ouvidos”, tem que ir ao terreno conhecer, porque senão era o mesmo que eu lhe dizer assim: “Sr. Deputado, o senhor que foi tantos anos Presidente da Junta do Peredo, como é que me justifica que vivem mais pessoas no lar do que nas casas que tem lá? O que é que o senhor andou a fazer tanto tempo? Andou a olhar para o lado, ou fazia a viagem do Porto até ao Peredo para ir lá ao fim de semana, e depois não queria saber de mais nada? O que é que o senhor fez para ter lá as pessoas?” Isso é que o senhor devia refletir, uma aldeia das mais prósperas em termos agrícolas ter mais pessoas num lar do que a habitar, isso é que o senhor devia pensar. -----

Portanto, Sr. Deputado, quanto a pensarmos no futuro, eu ainda cá estou a decidir; o senhor poderá estar, ou não. Uma coisa é certa: não sei como é que vamos dar a volta ao Peredo para tornarmos a ter mais habitantes. -----

Esqueci-me só de uma coisa, a classificação dos empreiteiros. A classificação que está no caderno de encargos, como sabem, tem havido problemas com os concursos ficarem desertos. E por quê? Porque a maior parte era com classe três. Já aqui foi dito, penso até que foi pelo vosso Grupo Parlamentar, que havia de haver uma fiscalização que fosse externa, penso que foram vocês até que sugeriram isso. E portanto, o que é que nós fizemos? Fizemos isto: fizemos um contrato, em termos de concurso, que foi uma empresa que ganhou, para fazer o projeto e o caderno de encargos. E com este problema que tem havido, de ficarem desertos, ou então virem empresas com uns valores muito baixos, e depois entram em falência – já aconteceu no caso, por exemplo, de Carrazeda de Ansiães, temos um caso também em Mogadouro – o que essa empresa optou é que só poderiam concorrer empresas que tivessem um alvará de classe cinco, ou seja, são aquelas que podem fazer empreitadas grandes, e que dão mais alguma garantia. Só por isso, mais nada. Posso dizer-vos que, neste momento, existem dezasseis interessados na construção; se concorrem, ou não, é diferente – uma coisa é a declaração de interesse, outra coisa é concorrerem. -----

E para vos dizer, por fim, que o custo do POSEUR, tirando Adeganha, Cabeça de Mouro, Foz, Cabanas de Baixo e Cabeça Boa, são três milhões e duzentos mil (3.200.000€). Portanto, como dizia o Eng.º Guterres, é fácil fazer as contas: se era para oitenta e cinco (85%), mas

depois baixou para sessenta (60%), tivemos que pagar quarenta por cento (40%) disso. E estão, volto a dizer, pagas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

## **PONTO 2 — PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), e **António Eduardo Carvalho** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estamos perante dois protocolos, e eu dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre esses protocolos. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, são muito fáceis de explicar. Um protocolo é, como foi votado em Orçamento, para permitir que a Igreja tenha um estudo tridimensional, desde a cúpula até à parte subterrânea, em que o Município entrará como parceiro da Direção Regional de Cultura do Norte, com quarenta por cento (40%), e a possibilidade de fazermos uma candidatura conjunta, tal como já fizemos na altura com o órgão. -----

O segundo protocolo, eu entendo que a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo é um dos monumentos mais importantes que temos, e é inconcebível que quando temos mais turistas, está fechada. Eu percebo que a Direção Regional não tenha possibilidade de meter aqui funcionários. O que nós propomos é o seguinte: é que através da Direção Regional de Cultura do Norte, se fixe um horário igual aos museus nacionais, assumindo a contrapartida do funcionário a Câmara Municipal, para termos todos os dias, durante o fim de semana, aberta a Igreja. -----

É só esta a situação dos dois protocolos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, abrir a discussão sobre o Ponto n.º 2, dos protocolos. Quem pretende intervir nestes pontos? Faça favor, Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Não vale a pena falar sobre o monumento, a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, todos o conhecemos muito bem. Só dizer que foi um dos primeiros monumentos que a República, quando definiu quais eram os monumentos nacionais, na altura uma lista de vinte, e a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo já estava incluída. Eu gostava de perguntar ao Executivo por que é que não há mais atividades culturais na Igreja, já que temos uma Igreja tão imponente. É verdade que a questão da abertura ao público em horário de fim de semana é importante, mas eu também acho – pelo menos no meu ponto de vista – que a Igreja poderia ter maior atividade cultural, e assim a comunidade ir mais vezes à Igreja, não para o âmbito da celebração religiosa, mas sim para outros âmbitos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem. Sr. Deputado, eu estou inteiramente de acordo – aliás, como sabe, o lançamento dos “Monumentos com Vida” a nível europeu, quer o início, quer o final, foi em Torre de Moncorvo, na Igreja, posso dizer-lhe que o estrado estava montado junto às escadas que dão para o altar-mor, e quando íamos começar as gravações, com diversas entidades, nomeadamente a Direção Regional de Cultura do Norte, e com todos os parceiros, tivemos que o retirar para fora de portas. Nunca tinha acontecido, aliás, sempre houve este protocolo de entendimento, e eu estou certo de que esse protocolo se manterá, porque é um local excelente para as atividades culturais, e em parceria com o Sr. Bispo de Bragança, o Sr. Pároco de Torre de Moncorvo e a Direção Regional de Cultura do Norte, que é quem dá os pareceres vinculativos, estou certo que levaremos a cabo mais algumas iniciativas, e todas aquelas que nos forem sugeridas, e apoiadas, obviamente, pela Direção Regional de Cultura do Norte. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos, então, abrir as inscrições para o segundo período. Sr. Deputado Eduardo Carvalho. Penso que é a única inscrição. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Sr. Presidente, é só mais uma informação, relativamente ao horário, ou ao complemento de horário. Aos sábados e domingos tem estado fechada a Igreja? Então, não percebi muito bem como é que pretende complementar. Era só essa a questão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

O que nós vemos é que havendo só uma funcionária, é difícil estar sete dias por semana. A proposta que aqui trazemos é: a Câmara comparticipa no pagamento de uma funcionária, para além daquela que está, complementa o que está, e a Direção Regional de Cultura do Norte compromete-se a que o horário seja o dos museus nacionais para a Igreja Matriz, ou seja, sábados e domingos incluídos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, passar à votação dos protocolos. Por uma questão logística, vamos primeiro votar o protocolo relativo ao modelo de abertura. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aprovar o “Protocolo cujo objetivo é implementar um modelo de abertura ao público do Monumento Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz da Vila de Torre de Moncorvo”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos votar o segundo protocolo, que é relativamente ao levantamento tridimensional da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, aprovar o “Protocolo cujo objetivo é a realização de um levantamento tridimensional do Monumento Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz da Vila de Torre de Moncorvo”. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

---

**PONTO 3 — TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NOS DOMÍNIOS DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS; EDUCAÇÃO; CULTURA E SAÚDE.** -----

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados João Pavão (PS), João Leonardo (Coligação PSD/CDS) e Luís João Dias (Coligação PSD/CDS). -----



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, não sei se quer pronunciar-se. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----

O Executivo manteve a mesma posição que tinha mantido nos anteriores diplomas, e não temos mais nada a acrescentar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, abrir as inscrições. Quem pretende pronunciar-se sobre o terceiro ponto, transferência de competências para os órgãos municipais? Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Nós aqui reforçamos também o que disse o Sr. Presidente da Câmara, e também reiterar quais foram as posições das Bancadas no mês de fevereiro, que enquanto não forem conhecidas as contrapartidas financeiras para os Municípios, não vale a pena até o Governo publicar estes diplomas setoriais sem o fundo de descentralização disponível. -----

Só reforçar que também algumas Câmaras aqui à volta, acho que Freixo aceitou, Guarda, por exemplo, está a aceitar já diplomas setoriais, como o da cultura, e outros em que se verifica que não traz quaisquer custos agregados para a Câmara Municipal. No entanto, estes são de necessidade premente, como é a saúde e a educação, e acho que deve ser a posição reiterada de todos, de que não devemos aceitar sem qualquer contrapartida financeira. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Relativamente à transferência para os Municípios das referidas competências, e no seguimento das anteriores rejeições já efetuadas por esta Assembleia sobre este Decreto-lei, não aceitamos estas transferências sem conhecer as contrapartidas financeiras de suporte aos encargos que delas advêm para o Município. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Dou como referência a ata da sessão extraordinária de 14 de janeiro de 2019, em que a declaração de voto feita pelo Líder da Bancada Parlamentar do PS, do PSD e do CDS-PP, não aceitava esta transferência de competências. Desafio também os outros membros desta Assembleia a lerem esta declaração de voto, e se acharem pertinente, poderemos fazer outra que substitua esta, para aparecer nesta ata. No final desta sessão, claro. No final desta sessão, se acharem pertinente alterarmos a declaração de voto do

dia 14 de janeiro de 2019, que está na ata, na pág. 7, se acharem pertinente pôr mais algum argumento, ou retirar, poderemos no final da reunião falar sobre isso, em reunião de Líderes de Bancada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, reunirão no final, para acordar o assunto entre os Líderes dos Grupos Parlamentares. -----

Não sei se o Sr. Presidente quer dizer mais alguma coisa, penso que não. Vamos abrir o segundo período de intervenções. Não há. Então, nos termos da Lei n.º 50/2018, vamos votar os quatro diplomas setoriais que, entretanto, foram publicados. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, **deliberou por unanimidade, comunicar à Direção Geral da Administração Local a não aceitação da transferência de competências em 2019, previstas nos seguintes Decretos-Lei n.ºs: 20/2019, 21/2019; 22/2019 e 23/2019, de 30 de janeiro**". -----

-----**O Presidente de Mesa:** Toda a gente está de acordo? Vamos votar, então, a moção que é igual à está na pág. 7 da ata da reunião extraordinária. Exato, mas temos que votar, são os formalismos legais. Vamos votar. -----

Nós não estamos a votar a ata, isso já votámos; nós, neste momento, estamos a votar uma moção. Sr. Deputado, deixe-me explicar: nós estamos a votar uma moção, que é a moção de hoje. A moção anterior já foi; por coincidência, é igual. Os diplomas são diferentes, mas o teor é igual. Vota a favor? Muda o sentido de voto? Então, é por unanimidade. Nós aprovámos a moção, só mudam os Decretos-lei – aquele conjunto de doze Decretos-lei da Assembleia Extraordinária, agora são quatro. Mas, o fundamento, ou o princípio, é o mesmo, segundo o que foi transmitido pelos Líderes dos Grupos Parlamentares. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, a moção *conjunta da Coligação PSD-CDS/PP e PS* que a seguir se transcreve: -----

-----**Moção**-----

*“O processo de Transferência de Competências do Estado para as autarquias locais (entidades intermunicipais, Municípios e freguesias), apresenta-se como uma oportunidade para reformular a ação pública e as competências dos Municípios em diversas áreas setoriais. A Descentralização de Competências alterará ainda a forma de relacionamento entre cidadão –*

*Estado, através de um serviço próximo e personalizado, ao contrário do que sucede atualmente.* -----

*Contudo, e para além do exposto, os diplomas setoriais apresentados não apresentam o respetivo pacote financeiro a transferir para os Municípios de forma a fazer face às potenciais responsabilidades assumidas nas diversas áreas setoriais. Para além do exposto, e tal como referido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, numa nota publicada no dia 7 de novembro de 2018: “Por outro lado, a sua aprovação coincide no tempo com a discussão do Orçamento do Estado para 2019, devendo assim permitir ao Parlamento assegurar a adequada transferência de verbas com a prevista transferência de competências, nomeadamente através do Fundo de Financiamento da Descentralização. Acresce que, até 2021, data final prevista para a efetivação destas transferências, se realizarão eleições legislativas em 2019, o que permite aos autarcas, partidos políticos e, sobretudo, ao Povo Português, através do voto, terem uma oportunidade de expressar a sua opinião sobre a presente matéria.”* -----

*Refere-se também que foi prevista na alteração à Lei das Finanças Locais a existência de um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), destinado a financiar as competências a transferir. Contudo, em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019 foram rejeitadas na Assembleia da República as normas relativas à dotação do supramencionado Fundo. Não havendo no momento “possibilidade de serem efetuadas alterações orçamentais destinadas ao seu reforço, nem estando determinado qual o procedimento legal a seguir para o efeito”, tal como referiu a Associação de Municípios Portugueses, numa nota publicada no dia 8 de janeiro de 2019.* -----

*Assim, votamos contra a descentralização de competências para as autarquias locais, visto que não é apresentado qualquer pacote financeiro para assumir as responsabilidades plasmadas nos diplomas setoriais.* -----

*Em consequência de tal situação, a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo exige ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, devendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes Decretos-Lei setoriais.”* -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

-----

**PONTO 4 — COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2018. -----**

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** É um documento para apreciação. É um relatório que é sempre melindroso, tem sempre um aspeto confidencial das pessoas envolvidas. O Agrupamento de Escolas é um dos clientes da CPCJ, com vários relatórios, nomeadamente de alunos que se ausentam injustificadamente da escola. -----

Eu não sei se alguém se quer pronunciar, para fazer a apreciação deste relatório. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Fui mandatado por esta Assembleia para pertencer à CPCJ, e no seio da CPCJ, da comissão alargada, surgiu a ideia de descentralização dessas mesmas reuniões, e uma dessas ideias foi uma futura reunião da CPCJ ser realizada aqui na Assembleia Municipal. Estou a comunicar ao Sr. Presidente, se acha pertinente a Assembleia votar, ou não, já que este ponto fala sobre a CPCJ, eu trouxe esta ideia para partilhar consigo. Não sei se vê algum inconveniente, se acha que deveríamos votar essa futura reunião da CPCJ ser realizada aqui na Assembleia Municipal. No fundo, era eles participarem, ou seja, a reunião da CPCJ ser dentro do seio dos seus representados. Já que a Assembleia Municipal é um dos representados, se poderia no mesmo dia – ou seja, eles assistiriam a esta Assembleia, e depois da Assembleia Municipal haveria a reunião da CPCJ, em que todos os membros da Assembleia – quem quisesse, estão todos convidados – quem quisesse poderia participar nessa mesma reunião. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não vejo nenhum inconveniente, mas também não vejo qual é a posição que a Assembleia ou a Mesa podem tomar. O convite será da CPCJ, do seu Presidente, acho que sim, é uma ideia interessante, mas que, enfim, terá que ser formalizada e terá que ser comunicada pelos membros da própria CPCJ. Não é a Assembleia que vai fazer o convite, será a CPCJ que terá que fazer o convite. E depois, evidentemente, os membros da Assembleia poderão estar presentes. São organismos distintos. De qualquer forma, se os membros da CPCJ quiserem assistir à Assembleia Municipal, penso que como qualquer elemento do público, poderão estar presentes. Depois, poderão fazer a reunião de seguida. ----

-----**O Deputado Luís João Dias:** No fundo, é só a questão do espaço. Não há problema de a Assembleia disponibilizar este espaço? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Este espaço não é da Assembleia. Terá que falar com o Município. -----

Então, penso que toda a gente tomou conhecimento do relatório, mas ninguém se quer pronunciar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 deliberou por unanimidade aprovar o “Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2018”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 5 — CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

No fundo, se repararem, o que está diferente, do ano passado para este ano, é que em vez de acordos de execução, que deixaram de ter substrato legal, mudou-se o nome, e passaram a ser os contratos interadministrativos de delegação de competências. O ponto que quero referir aqui é que em cada contrato está temporizada a ação que têm que fazer. Ou seja, o que é que se passa nos acordos de execução? Os acordos de execução são válidos durante os trezentos e sessenta e cinco dias, e depois a fiscalização da Câmara faz os autos, e conforme o auto que vier sobre o que foi feito é que é pago. Pode estar aqui uma Junta a ter cinco mil euros (5.000€), mas se só fez mil (1.000€), só recebe o do auto, isto nos acordos de execução. Nos

contratos interadministrativos, se não for feito durante o período estipulado, que é a época crítica dos incêndios, automaticamente perde a possibilidade de o fazer. Ou seja, a Câmara substitui-se através de uma empreitada. -----

A outra alteração, que foi proposta pelo Sr. Deputado Eduardo Carvalho, e que foi aceite por nós, foi desaparecer a ecopista de todas as freguesias – não só na de Torre de Moncorvo, como tinha falado, mas desapareceram de todas, não está mais a ecopista aqui. E portanto, por isso, alguns valores poderão estar alterados, grande parte por causa disso. -----

Mais, há estradas que são municipais que não entraram, porque é da competência da Câmara as estradas municipais, mas temos aqui algumas coisas que poderemos depois, com os Srs. Presidentes de Junta, com novos contratos, a trazer em abril ou junho, que são competências que sejam específicas da Câmara e que possam passar para as Juntas, nomeadamente eu vou falar aqui da Proteção Civil, que têm a ver com muros, com os muros que, de alguma forma, os Srs. Presidentes de Junta vejam que podem trazer problemas em termos de Proteção Civil, podem estar num novo contrato interadministrativo a contratar entre a Câmara e as Juntas diretamente. -----

Também, este contrato, apesar de ser aprovado aqui, os Srs. Presidentes de Junta depois têm que os levar às Assembleias de Freguesia, e podem não os aceitar. Aqui é a Assembleia Municipal a aprovar os contratos e os termos; as Juntas, cada uma depois, na Assembleia de Freguesia, ou aceita ou não aceita, e a competência retorna para a Câmara. E poderá haver propostas dentro das normas legais daquilo que as Juntas entendem, “eu prefiro ter esta competência, e não aquela”. Basicamente, o que está é isto. -----

Continuamos com o apoio às freguesias que ficam mais longe da sede do concelho, nomeadamente para fazerem face a ruturas, a máquinas, o que for necessário durante o fim de semana, continuamos a tê-las aqui. -----

Pode ser melhorado? Pode, de certeza que as Assembleias de Freguesia também vão debruçar-se sobre isto e fazer propostas. Basicamente o que vos apresentamos aqui é um novo modelo de contrato interadministrativo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, estão abertas as inscrições para as intervenções do Ponto n.º 5, Contratos interadministrativos. Quem pretende inscrever-se? Sr. Deputado João Pavão, Sr. Deputado Luís Dias. -----

Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Aqui a pergunta é só relativamente aos valores para as Juntas de Freguesia, se as Juntas

ainda vão poder alterar estes valores, se ainda vão os quilómetros ser aumentados, como falou até na situação dos muros, porque de certeza que as Juntas de Freguesia ainda vão ter a respetiva Assembleia, e se nós vamos votar este contrato interadministrativo, ou se é só para ter conhecimento de como é que vai ser o processo. É só essa a dúvida, se poderão os valores ser alterados se as freguesias o indicarem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** É curioso que o Executivo responda ao Estado, à República Portuguesa, no Ponto n.º 3 desta Assembleia temos a transferência de competências para os órgãos municipais, e no Ponto n.º 5 é uma transferência de competências entre os órgãos municipais. Mas, o curioso é que nós temos o pacote financeiro logo à cabeça, uma pessoa sabe logo quanto dinheiro é que há. Era só chamar a atenção para isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor de responder. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Bom, o montante por quilómetro, quando começámos com os acordos, era o montante de quilómetros de estrada. Hoje, o montante de quilómetros foi o da empreitada, com os preços da empreitada se for a privados, mas lineares, de um lado e do outro. Para além de lineares, de um lado e do outro. Se quisermos pôr aqui, são trezentos e sessenta euros (360€) por quilómetro, basicamente. Portanto, este montante não é alterado, porque é o valor da empreitada. -----

Quanto ao que foi dito pelo Sr. Deputado, nós não podemos criticar quem não nos faz um envelope financeiro, e depois não sabermos à cabeça o que é que vamos assinar com um envelope financeiro, obviamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segundo período de intervenções. Respondendo à sua questão, nós vamos votar o documento que está aqui presente. Se houver alterações, terá que voltar novamente aqui à Assembleia Municipal. O contrato é este, e é isso que vamos votar, aprovar ou rejeitar. -----

Então, como não há mais intervenções, vamos votar o Ponto n.º 5, dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar “a**

minuta do contrato a celebrar e autorizar a Câmara Municipal a celebrar os Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia até ao montante estabelecido na relação anexa à minuta". -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

\*\*\*\*\*

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos uma intervenção, que é o Sr. Adriano Reis, e que vai pedir esclarecimentos sobre a consulta aberta. Faça favor, tem cinco minutos para se pronunciar sobre o assunto. -----

-----**O Município Adriano Reis:** Ora, bom dia. Antes de mais, quero cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, a Mesa, o Sr. Presidente do Executivo, os Srs. Vereadores e os demais deputados das diversas Bancadas. -----

Ora bem, parece que nós continuamos com uma luta muito velha, em que perdemos essa causa, infelizmente, porque houve um Partido que nos atraíu. Isto falando corretamente, tenho que falar assim. E isto derivado ao Centro de Saúde de Moncorvo. A partir do dia 27, não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento, passa das vinte e duas para as vinte horas. Mais um ano e as consultas abertas desaparecem, e aquilo nem Centro de Saúde fica a ser, fica a ser como um posto médico, só para entreter, umas consultas. Acho que a nossa Assembleia e o Executivo deviam ir outra vez à carga sobre esta situação, porque é uma situação preocupante, porque se diz que temos o de Foz Coa, mas o problema é que uma gripe, ou uma dor de cabeça, ou uma dor de dentes, desde que o INEM não justifique a saída do transporte, é o utente que vai pagar a despesa de táxi daqui para Vila Nova de Foz Coa. É uma questão de preocupação, eu acho que tanto o Executivo, como a Assembleia – esteve cá o Sr. Secretário de Estado, como o Sr. Presidente sabe melhor do que eu, que também prometeu mundos e fundos, e afinal nada se faz. Enfim, era só para alertar desta situação, que como costumam



fazer as coisas às escondidas e em cima da hora, pensei que o Sr. Presidente sabia (ou não) desta situação. -----

E disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, esta situação é uma situação que nos tem preocupado. Aliás, se viram a minha última intervenção, eu cheguei ao ponto de propor sair da ULS de Bragança e passar para Vila Real, por duas razões: a primeira, porque o IC5 transformou tudo; e a segunda, porque a nova Lei de Bases de competências das CIM's fez esta coisa curiosa, que é uma coisa em que ninguém se entende: são doze concelhos no Distrito de Bragança que compõem a ULS, mas só nove é que se podem pronunciar sobre a ULS. Ficou de fora Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo e Carrazeda de Ansiães. Justificação: porque pertencem à CIM do Douro. Na CIM do Douro não podemos falar da ULS. Por quê? Porque não pertencemos ao Distrito de Vila Real. Então, estamos aqui num limbo. Daí, a minha proposta para passarmos para Vila Real. Essa foi a primeira. -----

A segunda, numa reunião que tive a semana passada com o Diretor da ULS, e trouxe-o cá para ele conhecer a realidade, ainda não estava decidido isso. Ainda não estava decidido, mas eu estou convicto de que é o que vão fazer, ele só não teve coragem de mo dizer. -----

Portanto, concordo com tudo o que disse, e mais, continuamos a lutar pela saúde aqui. Essa foi a falta de visão para o futuro, a saúde devia estar aqui, era aqui que devia estar. Aí estamos completamente de acordo. -----

Mas, mais, isto não é por teimosia do Presidente da Câmara, ou por alucinações dos vereadores. É que se repararem, no Orçamento, está uma coisa que diz sobre prestação de cuidados de saúde aos munícipes, com quatrocentos mil euros (400.000€). Deixem-me dizer-vos o que é que é isto: isto é um projeto que, em termos de projeto-piloto, está em Figueira de Castelo Rodrigo, é um projeto para os sete Municípios da Associação de Municípios do Douro Superior, para fazer o seguinte: se isso vier a acontecer, o Município, o que vai propor em sede de Associação de Municípios é que possamos fazer um concurso público para todos os munícipes de Torre de Moncorvo, e para os demais dezasseis Municípios da Associação de Municípios do Douro Superior, com acesso à saúde inteiramente gratuito – diagnóstico, urgências. Só o que é que não conseguimos ainda dar a volta aqui? São determinadas intervenções cirúrgicas, e tem lógica, porque mesmo aqueles que têm capacidade de ir ao privado, quando chega a determinadas situações, são os primeiros a dizer que é melhor ir ao público, que é onde estão os meios de diagnóstico. Mas, o que nós queremos, e por isso é que está lá essa rubrica como transferência para o Douro Superior, e estamos a trabalhar nisso

– aliás, os estatutos da Associação de Municípios foram alterados, e vão ser publicados agora, para poder abarcar toda a parte social aos munícipes residentes no concelho. Também odontologia, os exames complementares todos. -----

O que é que se faz? É um princípio, é que é gratuito para todos. Era o princípio do Serviço Nacional de Saúde, quando foi criado. Cria desigualdades? Cria. Quem ganha um, não devia ter a mesma regalia do que o que ganha cem, mas aqui é o Município que está a pagar, somos todos, para nós todos. Portanto, eu tenho grande esperança nisto. E qual é – respondendo ao Sr. Adriano Reis – qual é a vantagem? É que nesse concurso, que é a nível internacional, concorrem as seguradoras, em termos de saúde, e alocam médicos ao Centro de Saúde do concelho, porque não podem ser retirados de lá, porque estão a fazer uma prestação de serviços. E atenção, eu estou a dizer isto aqui na Assembleia Municipal, mas é um projeto que está em estudo já há três anos, Figueira de Castelo Rodrigo já está implementado, e agora vai passar gradualmente para os outros. Eu posso dizer-vos que no ano passado era para ser implementado em Miranda, Mogadouro, Freixo e Moncorvo, houve ali um problema porque o que nós queremos é que nos deem as garantias que o prestador que ganhar o serviço, os transportes também são gratuitos, entram lá. Os que ganharem têm a obrigatoriedade do Serviço Nacional de Saúde de lhe dar o local. O local é o Centro de Saúde. Devo dizer-vos que só no ano passado é que se conseguiu isso para Figueira de Castelo Rodrigo. Portanto, aquela verba que está lá no Orçamento, para haver transferência para a Associação de Municípios do Douro Superior, é exatamente para isso. Mas, tivemos que alterar os estatutos da Associação.- Eu estou a dizer isto pela primeira vez aqui, creio que se for para a frente este projeto de contenção de custos, e de mais uma facada no Serviço Nacional de Saúde, este é o caminho que temos que seguir, e tem que ser o Município, lá está, a abdicar de uma obra de betão, de cimento e de betuminoso para colocar um serviço social ao serviço de toda a população. Mas, não conseguimos, como eu vos disse, até agora criamos um escalonamento. Não criando um escalonamento, a minha proposta – obviamente que há mais seis Presidentes de Câmara a decidir – é que seja gratuito para todos, e assim não há contemplações. Justificação: é para todos os munícipes, e acabou-se. -----

E a segunda proposta é que alocando o espaço à entidade que ganhar o concurso público internacional, será obrigatoriamente até à meia noite, obrigatoriamente, tendo depois permanência para os transportes. Ficam de fora cirurgias, como é óbvio, isso não temos hipótese, mas os diagnósticos complementares, já conseguimos que ficassem nesta proposta. Aliás, hoje mesmo, o Diretor Executivo da Associação de Municípios foi para Lisboa para burilarmos aqui, porque o parecer do Tribunal de Contas obriga a muitas coisas, nomeadamente este critério da igualdade, que se um ganha cinco mil, e outro ganha cinco, não de ter os dois o mesmo privilégio. Temos que o fazer de forma a que o visto do Tribunal de

*H. G.*  
*Pedro*

Contas venha com isso. Segundo, temos que ter a garantia – e eu penso que isso se vai conseguir – da ULS (pelo menos da ULS) como os serviços prestados podem ser no Centro de Saúde de cada sede de concelho que concorrerem a este concurso. É esta a situação que tenho para vos dizer neste momento. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos, então, passar à votação da minuta da ata desta reunião ordinária de dia 22. -----

Antes de terminar, dizer-vos que a próxima reunião será em abril, temos que ver ali uma data consentânea, teremos que fazer o mais cedo possível, porque como há ali o período da páscoa, que este ano é bastante tarde, no dia 21, depois há o feriado, depois também a Feira Medieval, há também a situação, nos últimos dias do mês, de os serviços administrativos da Câmara necessitarem da aprovação de alguns documentos com uma certa urgência. Portanto, iremos apontar talvez para a primeira quinzena do mês de abril. -----

Muito obrigado a todos, e um bom dia. -----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por maioria.** -

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 11h30m deu por encerrada a sessão. -----


-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

**O Presidente da Mesa,**



\_\_\_\_\_  
(Luís Miranda Rei)

**1.º Secretário da Mesa,**



\_\_\_\_\_  
(Pedro Carrasqueira)

**2.ª Secretária da Mesa,**



\_\_\_\_\_  
(Lucinda Carpinteiro)